



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 065/2026- COMPRASGOV N.º 90065/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0088.016765.00040/2025-93
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	11/03/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	24/02/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Greice Quele da Silva Braga
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.</p>	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de Preços visando a futura contratação de empresa para fornecimento e entrega de materiais e embalagens para atender às ações do projeto "SEPLAN Cuida", desenvolvido pela Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, conforme condições, exigências e especificações constantes no Apêndice "A" deste Termo de Referência.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria

Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.2.6. **Para todos os itens à participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

4.2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da

empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas,

tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos,

inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante

em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (Dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital - ITEM 24.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da

solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram

inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. Não será permitida participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será permitida a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da

proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Katheryne Cássia de Q. Almeida Silva
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **KATHERYNE CÁSSIA DE QUEIROZ ALMEIDA SILVA, Cargo Comissionado**, em 23/02/2026, às 10:17, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019506463** e o código CRC **A1BEFA19**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 43/2026/SEPLAN - DIVA

Processo nº 0088.016765.00040/2025-93

1. **DO ORGÃO**
 - 1.1. Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
2. **DA UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE**
 - 2.1. Divisão de Gestão de Pessoas - DIVGP
3. **DA MODALIDADE**
 - 3.1. Pregão Eletrônico.
4. **TIPO DE LICITAÇÃO**
 - 4.1. Sistema de Registro de Preços.
5. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
 - 5.1. Menor preço por item.
6. **CATEGORIA DE INVESTIMENTO**
 - ☐ Outros serviços Pessoa Jurídica
 - ☐ Equipamento de Apoio
 - ☐ Equipamento de TI
 - ☐ Consultoria/Auditoria/Assessoria
 - ☐ Despesa de Custeio
 - ☒ Bens de Consumo
 - ☐ Material Permanente
7. **DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA**
 - 7.1. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas na revisão do PCA da SEPLAN de 2026.
 - 7.2. Programa de Trabalho: 2194.0000
 - 7.3. Elemento de Despesa: 3 3 90 30 00 00
8. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
 - 8.1. O Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há a obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso. Essa comprovação só é exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.
 - 8.2. Nesse sentido, o disposto no art. 301 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, remete expressamente ao disciplinado no art. 82 ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 301. No SRP não será necessária a apresentação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo, contudo, obrigatória a indicação dos códigos do elemento de despesa e do item do material ou serviço no e-fisco.
9. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (OBJETO)**
 - 9.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços visando a futura contratação de empresa para fornecimento e entrega de materiais e embalagens para atender às ações do projeto "SEPLAN Cuida", desenvolvido pela Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, conforme condições, exigências e especificações constantes no Apêndice "A" deste Termo de Referência.
 - 9.2. A descrição detalhada dos itens deverá ser consultada no anexo - **apêndice A do presente termo**.
 - 9.3. Os itens objeto desta contratação são considerados comuns pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Estimada para Contratação	Quantidade Estimada para Registro	Valor Unitário para Registro	Valor Total Estimado para Registro
01	ESPELHO DE BOLSA	Unidade	120	240		
02	NECESSAIRE	Unidade	110	220		
03	CANECA	Unidade	190	380		
04	PORTA COPO	Unidade	190	380		
05	GARRAFA TÉRMICA	Unidade	190	380		
06	CANETA PERSONALIZADA	Unidade	190	380		
07	AGENDA PERSONALIZADA	Unidade	190	380		
08	SACO DE ALGODÃO	Pacote	03	05		
09	SACO DE ALGODÃO	Pacote	05	07		
10	SACOLA DE PAPEL KRAFT P	Pacote	11	22		
11	SACOLA DE PAPEL KRAFT M	Pacote	19	38		
12	SACOLA KRAFT PARA GARRAFA	Pacote	19	38		
13	CAIXA GAVETA KRAFT	Pacote	19	38		
14	SACO PARA PRESENTE DE PLÁSTICO	Pacote	10	15		
15	PAPEL FOTOGRÁFICO A4	Pacote	10	15		
16	PAPEL FOTOGRÁFICO ADESIVO A4	Pacote	10	15		
17	PAPEL DIPLOMATA PREMIUM	Pacote	10	15		
18	FITA DE CETIM Nº 05 VERMELHA	Unidade	20	40		
19	FITA DE CETIM Nº 05 VERDE MILITAR	Unidade	20	40		
20	FITA DE CETIM Nº 05 BRANCA	Unidade	20	40		
VALOR TOTAL						

10. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para a contratação pretendida é de **R\$ XXX (XXXX)**.

11. DO LOCAL DE ENTREGA

11.1. A entrega dos produtos ocorrerá na Sede da CONTRATANTE, sito a Av. Getúlio Vargas, 232 – Centro – Rio Branco/AC – CEP: 69900-060 – Palácio das Secretarias, no horário de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 16:00h, após o recebimento de Ordem de fornecimento/serviço previamente emitida pela gestão e fiscalização do Contrato, seguindo as diretrizes gerais deste Termo de Referência.

12. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

12.1. A Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), por meio da Divisão de Gestão de Pessoas (DIVGP), identificou a necessidade de adquirir materiais destinados às ações institucionais que integram o Projeto “**SEPLAN Cuida**”, iniciativa voltada à promoção do bem-estar, do reconhecimento e da valorização dos servidores, conforme planejamento anual de datas comemorativas e ações internas previsto para o exercício de 2026.

12.2. O Projeto SEPLAN Cuida compõe as estratégias de gestão de pessoas estabelecidas no âmbito da Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF), integrando o planejamento setorial e contribuindo diretamente para o fortalecimento do clima organizacional e para o engajamento dos colaboradores nas ações institucionais. A implementação dessas atividades demanda a disponibilização de itens específicos, personalizados e adequados às dinâmicas previstas no cronograma anual, razão pela qual se faz necessária a contratação ora proposta.

12.3. A SEPLAN não possui estoque prévio nem histórico de contratações anteriores capazes de suprir tais

necessidades, o que evidencia a necessidade de planejamento e aquisição estruturada de materiais, em atendimento às disposições legais aplicáveis ao metaprocesso de contratações públicas, especialmente ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que determina que o planejamento deve assegurar a caracterização da necessidade da contratação e a adequação da solução ao problema identificado.

12.4. As ações previstas para 2026 incluem atividades comemorativas, eventos internos, ações de integração e iniciativas voltadas à saúde e qualidade de vida dos servidores. Para possibilitar sua execução adequada, são necessários itens como espelhos de bolsa, necessaires, sacolas, garrafas térmicas, agendas, canetas personalizadas, kits de caneca e porta-copo, sacos de algodão e embalagens diversas. Esses itens possuem aplicabilidade direta nas atividades planejadas, sendo utilizados tanto como meios de organização quanto como materiais de apoio em ações de integração, acolhimento e valorização.

12.5. A definição preliminar dos quantitativos estimados, conforme apresentado no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 226/2025/SEPLAN, considera o número de servidores alcançados pelo projeto, a distribuição das ações ao longo do ano e a natureza eventual da demanda, que poderá variar conforme a execução orçamentária e o cronograma institucional. Em razão da inexistência de referências de consumo anteriores, as estimativas são orientativas e poderão ser ajustadas na etapa de pesquisa de preços e na consolidação do Termo de Referência, em conformidade com o Decreto Estadual nº 11.363/2023, que rege o planejamento e a instrução processual das contratações no âmbito do Estado do Acre.

12.6. A contratação é, portanto, necessária para assegurar a execução regular do Projeto SEPLAN Cuida, garantindo a disponibilização dos materiais indispensáveis para as ações institucionais previstas, observando os princípios da eficiência, do planejamento, da continuidade administrativa e da economicidade que orientam as contratações públicas. A ausência desses materiais acarretaria prejuízos ao cronograma de atividades, ao atendimento dos servidores e à efetividade das estratégias de promoção do bem-estar no ambiente de trabalho.

13. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Em atendimento ao art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 80 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, foi analisada a possibilidade de parcelamento da contratação. Considerando a natureza do objeto aquisição de materiais distintos, porém utilizados em um mesmo projeto institucional o parcelamento deve ser avaliado sob as perspectivas técnica, operacional e econômica.

13.2. Os itens previstos no DFD 20/2026 (SEI 0019308980) apresentam características próprias, com composições, finalidades e processos de personalização diferentes, não sendo produzidos necessariamente pelo mesmo fornecedor. Espelhos, necessaires, sacolas, canecas, agendas e garrafas térmicas exigem insumos e capacidades produtivas distintas, o que demonstra que o parcelamento por item pode ampliar a competitividade e permitir que empresas de pequeno porte e fornecedores especializados participem do certame.

13.3. Além disso, o parcelamento evita a concentração de contratação em um único fornecedor quando não há justificativa técnica para isso, respeitando o princípio da isonomia e garantindo maior oportunidade de participação no processo licitatório. A medida também reduz riscos de dependência contratual e otimiza a aquisição de itens com demandas variáveis ao longo do exercício.

13.4. Do ponto de vista econômico, o parcelamento tende a resultar em preços mais vantajosos, visto que possibilita a contratação de fornecedores específicos para cada item, evitando sobrepreço decorrente da necessidade de intermediários que não atuam em todos os segmentos de produção. Tal abordagem está alinhada à busca pela melhor relação custo-benefício e à economicidade previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.5. Portanto, **é recomendável o parcelamento da contratação por item**, uma vez que:

13.5.1. os materiais possuem naturezas distintas;

13.5.2. fornecedores especializados tendem a apresentar preços mais competitivos;

13.5.3. amplia-se a competitividade e a participação de ME e EPP;

13.5.4. evita-se contratação mais onerosa por empresas que atuam apenas parcialmente no objeto;

13.5.5. permite adequada gestão e fornecimento conforme demanda interna.

13.6. Assim, o parcelamento não prejudica a execução da contratação, ao contrário, a favorece quanto à economicidade, eficiência e competitividade, justificando-se plenamente sua adoção.

14. DA ANÁLISE DE RISCOS

14.1. Foi elaborada Análise de Riscos específica para a presente contratação, contemplando a identificação dos principais eventos que possam impactar o êxito da licitação, a formalização da Ata de Registro de Preços e a execução do objeto. O documento apresenta a avaliação das probabilidades e impactos de cada risco identificado, bem como as medidas preventivas e corretivas aplicáveis, constituindo instrumento de apoio à tomada de decisão e à fiscalização contratual.

14.2. A referida análise encontra-se formalizada em documento próprio, devidamente apensado ao presente processo administrativo, devendo ser observada durante todas as fases da contratação, especialmente na gestão da Ata e na execução do fornecimento. Servirá como referência para a mitigação de riscos de natureza operacional, financeira, logística e administrativa, contribuindo para a eficiência e a regularidade da contratação.

15. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

15.1. A solução proposta consiste na futura e eventual aquisição de materiais personalizados e insumos correlatos

destinados à execução das ações institucionais do Projeto SEPLAN Cuida, contemplando todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento da demanda até a destinação final dos materiais após sua utilização. A solução foi concebida para atender de forma eficiente, flexível e economicamente adequada às necessidades da Secretaria de Estado de Planejamento, considerando a natureza eventual das ações previstas ao longo do exercício de 2026 e a inexistência de consumo histórico padronizado.

15.2. No ciclo inicial, a Administração realiza o planejamento e a estimativa de quantidades com base no número de servidores, no cronograma anual de ações e na disponibilidade orçamentária, adotando quantitativos estimados e não vinculantes, de modo a evitar desperdícios e assegurar a adequação às reais necessidades que se apresentarem durante a execução do projeto. A contratação permitirá o fornecimento de materiais novos, com especificações padronizadas e possibilidade de personalização institucional, garantindo identidade visual, qualidade e funcionalidade compatíveis com os objetivos do projeto.

15.3. Durante a fase de fornecimento, os materiais serão produzidos, personalizados e entregues conforme ordens emitidas pela Administração, observando prazos, padrões de qualidade e requisitos de sustentabilidade, com acompanhamento e fiscalização para assegurar a conformidade técnica, quantitativa e estética dos itens. A solução contempla embalagens adequadas para proteção e acondicionamento dos materiais, minimizando riscos de avarias e facilitando o armazenamento temporário até sua distribuição.

15.4. Na etapa de uso, os materiais serão empregados nas ações de integração, valorização e bem-estar dos servidores, cumprindo sua finalidade institucional de apoio às iniciativas de gestão de pessoas e fortalecimento do ambiente organizacional. Os itens foram selecionados considerando sua utilidade prática, durabilidade e adequação ao público-alvo, de modo a maximizar o aproveitamento dos recursos públicos investidos.

15.5. Por fim, ao término de sua vida útil, os materiais e embalagens utilizados poderão ser descartados ou destinados de forma ambientalmente adequada, priorizando a reutilização, a reciclagem ou o descarte responsável, em consonância com princípios de sustentabilidade ambiental e redução de impactos. Dessa forma, a solução como um todo assegura eficiência, economicidade, aderência às normas legais e alinhamento às diretrizes institucionais da SEPLAN, ao mesmo tempo em que promove responsabilidade socioambiental ao longo de todo o ciclo de vida do objeto contratado.

16. DO PRAZO DO CONTRATO, ASSINATURA E EFICÁCIA

16.1. DO CONTRATO

16.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora deverá assinar o termo de Contrato.

16.2. DA VIGÊNCIA

16.2.1. O Termo de Contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário. No período de vigência do contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

16.3. DA EFICÁCIA

16.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021:

16.3.2. I – 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

16.3.3. II – 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

17. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

17.1. A presente contratação encontra amparo jurídico na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e no Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, que a regulamenta no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Acre.

17.2. Nos termos do art. 1º da Lei nº 14.133/2021, a norma estabelece regras gerais para as licitações e contratos administrativos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

17.3. Ressalta-se ainda que, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, serão observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, que regem todas as contratações públicas.

17.4. No âmbito estadual, o Decreto nº 11.363/2023 regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no Estado do Acre, estabelecendo, entre outros pontos, a obrigatoriedade do planejamento da contratação, a elaboração do Termo de Referência e a observância da governança nas aquisições.

17.5. Portanto, a presente contratação está integralmente fundamentada na legislação supracitada, garantindo a legalidade, legitimidade e regularidade do processo licitatório, em estrita observância às normas que regem as contratações públicas.

18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

18.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.2. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em conformidade com os princípios da responsabilidade contratual e da eficiência administrativa.

18.3. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

18.4. Não será exigida garantia de execução contratual.

18.5. **DA GARANTIA DO OBJETO**

18.6. A garantia do objeto será regida pelas disposições das legislações do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), em concordância com a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.

18.7. A contratada deverá assegurar que todos os materiais entregues possuam as instruções de uso e cuidados necessários, e, caso aplicável, deverá fornecer o certificado de garantia ou outro documento equivalente que formalize o compromisso com a qualidade e durabilidade dos materiais.

18.8. **DA AMOSTRA**

18.9. Não será exigida amostra.

19. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1. O modelo de execução do objeto, consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

19.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, sempre que houver necessidade de fornecimento dos produtos, a SEPLAN convocará a empresa cujo preço foi registrado para assinatura do termo de contrato correspondente, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência;

19.2.1. **PRAZO PARA ENTREGA**

19.2.2. O objeto será entregue em até 20 (vinte) corridos a contar do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE, de acordo com o contrato a ser firmado com a empresa vencedora.

19.2.3. **CONDIÇÕES DE ENTREGA**

19.2.4. A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

19.2.5. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

19.2.6. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

19.2.7. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

19.3. **DO RECEBIMENTO**

19.3.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

19.3.2. Provisoriamente: Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

19.3.3. Definitivamente: Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

19.3.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

19.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

19.3.6. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

19.3.7. No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

19.3.8. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

19.3.9. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o

saneamento das irregularidades.

19.3.10. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

19.3.11. O objeto poderá ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.4. O CONTRATADO deverá arcar com todos os custos relacionados à entrega dos bens.

19.5. O CONTRATADO deverá fornecer todas as instruções necessárias para o uso e manutenção dos bens.

19.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

19.7. No adimplemento do fornecimento, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

19.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

19.9. Para o objeto ora contratado, por tratar-se de entrega única, poderá ficar dispensada a elaboração de instrumento contratual, sendo o mesmo substituído pela nota de empenho a critério da administração.

19.10. Nos casos que se tratar-se de entrega única, fica dispensada a medição, cabendo ao fiscal do contrato a verificação do cumprimento das exigências contratuais.

20. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

20.6. O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência e do respectivo edital do certame caberão aos servidores a serem designados pela Secretaria de Estado de Planejamento, que determinará o que for necessário para regularização de falhas ou defeitos, nos termos da lei 14.133/2021 e, nas suas faltas ou impedimentos, aos seus substitutos.

20.7. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por fiscais e substitutos designados.

20.7.1. Caberá a Administração da Secretaria de Estado de Planejamento, delegar a função de gestor, fiscal e respectivos substitutos, preferencialmente, aos servidores efetivos e estáveis, pertencentes ao quadro desta Secretaria.

20.8. FISCAL DO CONTRATO

20.8.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

20.8.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

20.8.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

20.8.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

20.8.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

20.8.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

20.8.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

20.8.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua

previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

- 20.8.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 20.8.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 20.8.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 20.8.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 20.8.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 20.8.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 20.8.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 20.8.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 20.8.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 20.8.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 20.8.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 20.8.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 20.8.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 20.8.1.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 20.8.1.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 20.8.1.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 20.8.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício;
- 20.8.1.25. Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Processo Administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a SEPLAN ou modificação da contratação;
- 20.8.1.26. As decisões que ultrapassem a competência do fiscal da SEPLAN deverão ser solicitadas formalmente pela empresa contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;
- 20.8.1.27. O fiscal do contrato comunicará o Setor de Contratos, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual, quando couber.

20.9. GESTOR DO CONTRATO

- 20.9.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 20.10. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 20.11. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 20.12. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 20.13. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 20.14. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 20.15. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 20.16. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;

- 20.17. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 20.18. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 20.19. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 20.20. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 20.21. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 20.22. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 20.23. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 20.24. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 20.25. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei.
- 20.26. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas.
- 20.27. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões.
- 20.28. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 20.29. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

21. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 21.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.
- 21.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 21.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
- a) Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
 - b) CNPJ nº 04.034.518/0001-05
- 21.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 21.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 21.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
- EM = N X VP X I/365), onde:
- EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
- N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

$I = \text{IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)} / 100.$

21.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

21.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

21.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

21.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

21.10.1. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

22. DA JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO

22.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços observa a obrigatoriedade de atendimento à regra geral estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, mediante a aplicação de método moderno que visa tornar os procedimentos de contratação mais céleres, econômicos e eficientes, sendo dever do agente público, sempre que possível, implantar o Registro de Preços, nos termos do art. 40 da referida Lei.

22.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da necessidade de que as aquisições sejam efetuadas de forma planejada e distribuídas ao longo do exercício financeiro, conforme a demanda efetiva da Secretaria.

22.3. Dessa forma, justifica-se a realização da licitação por meio do Sistema de Registro de Preços, cuja Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Tal sistemática favorece o atendimento das necessidades da Administração de forma contínua e racional, sem impor obrigatoriedade de contratação com qualquer das detentoras de preços registrados, independentemente do quantitativo previsto no Termo de Referência.

23. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

23.1. Em cumprimento ao Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006 todos os itens serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte. Para cada item deverá haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracteriza o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

24. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

24.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

24.2. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA

25.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

25.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

25.3. O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

25.4. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

26. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

26.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos

objetos, conforme disciplinado no edital.

26.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

26.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo licitante/fornecedor serão, conforme disciplinado no edital.

26.4. O critério de julgamento da proposta é o MENOR PREÇO POR ITEM.

26.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

27. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

27.1. As empresas participantes do processo licitatório, quando exigido pela Administração, deverão apresentar, juntamente com a proposta, prospectos, fôlderes ou catálogos ilustrativos, em língua portuguesa, que subsidiem a análise das especificações técnicas dos materiais ofertados.

27.2. Para os itens de natureza simples, padronizada e de uso comum (ex.: descartáveis), será suficiente a indicação clara da marca, fabricante e descrição do produto na proposta.

27.3. Durante a sessão pública, o Pregoeiro poderá promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive para análise técnica de documentação e verificação de conformidade, registrando-se os atos em ata. Se necessário, poderá suspender a sessão para análise técnica, com indicação expressa dos motivos e da data/horário de reabertura.

28. DO CONSÓRCIO

28.1. No que concerne ao consórcio e cooperativas, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio e/ou cooperativa previstas no artigo 15, da Lei nº 14.133/21 justifica-se na medida em que nas contratações do ramo, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis interessados.

28.1.1. Como sabido, a participação de empresas consorciadas tem por fundamento ampliar a competitividade, notadamente em licitações que envolvam objetos complexos, de grande vulto ou diante das circunstâncias de mercado.

28.1.2. Por outro lado, o consórcio pode cercear a competitividade entre os licitantes, uma vez que reduz o universo de disputa, notadamente porque – caso não fosse permitida a reunião das empresas – estas concorreriam entre si.

28.1.3. *In casu*, o objeto não é complexo, nem de grande vulto e também não há prática de mercado a exigir a participação de empresas em consórcios, motivo pelo qual se veda tal expediente no presente certame.

29. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA DETENTORA DA ATA

29.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 232, Bairro Centro, em Rio Branco, inscrito no CNPJ sob o nº 04.034.518/0001-05;

29.1.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

29.1.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, ocasião em que os quantitativos poderão ser renovados, de modo a assegurar a continuidade do atendimento da demanda, resguardada a manutenção da vantajosidade dos preços e do equilíbrio das condições da licitação.

29.1.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

29.1.5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

29.1.6. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

29.1.7. O instrumento contratual de que trata este termo deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

29.1.8. Constituem prazos e obrigações do órgão ou entidade gerenciadora da ata de registro de preços as estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, anexa ao presente processo administrativo.

29.1.9. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

29.1.10. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

- 29.1.11. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 29.1.12. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 29.1.13. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 29.1.14. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 29.1.15. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 29.1.16. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 29.1.17. A Ata de Registro de Preço deverá ser assinada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação do licitante.

29.2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 29.2.1. O órgão gerenciador deve garantir que o fornecedor registrado cumpra todos os compromissos estabelecidos na ata, como o fornecimento dos bens ou serviços conforme as condições acordadas (quantidade, qualidade, prazo, etc.).
- 29.2.2. Caso o fornecedor não cumpra as condições estabelecidas, o órgão gerenciador deve adotar as medidas corretivas, conforme estipulado no contrato ou na ata (como aplicação de multas ou rescisão contratual).
- 29.2.3. O órgão gerenciador deve manter o controle da execução da Ata de Registro de Preço, monitorando os pedidos realizados pelos órgãos ou entidades participantes da ata.
- 29.2.4. O órgão gerenciador é responsável por gerenciar os pedidos de fornecimento de bens ou serviços, que devem ser realizados pelos órgãos ou entidades participantes conforme a demanda. A execução desses pedidos deve ser acompanhada rigorosamente, para garantir que as entregas ou prestações de serviço atendam às necessidades da administração pública.
- 29.2.5. Quando necessário, o órgão gerenciador deve efetuar ajustes ou comunicar os problemas ao fornecedor para resolver situações inesperadas.
- 29.2.6. O órgão gerenciador deve acompanhar a quantidade e qualidade de itens utilizados, para verificar se os limites da quantidade registrada estão sendo respeitados. Caso o limite seja atingido, o órgão gerenciador pode solicitar novos registros ou adotar medidas para garantir a continuidade do fornecimento sem interrupções.
- 29.2.7. O órgão gerenciador deve garantir que todas as operações relacionadas à utilização da Ata de Registro de Preço sejam transparentes e acessíveis aos órgãos de controle e à sociedade, conforme os princípios da publicidade e da transparência previstos pela Lei nº 14.133/2021.
- 29.2.8. O órgão gerenciador deve controlar o prazo de validade da Ata de Registro de Preço e garantir que ela seja utilizada dentro dos limites temporais estabelecidos, sem ultrapassar o prazo de vigência, a menos que haja a prorrogação prevista de acordo com as condições legais e contratuais.
- 29.2.9. Caso haja falha grave na execução do contrato ou se o fornecedor não cumprir as condições da ata, o órgão gerenciador tem a responsabilidade de formalizar a rescisão da Ata de Registro de Preço, aplicando as penalidades devidas, incluindo multas, ou declarando a inadimplência do fornecedor.

29.3. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 29.3.1. A detentora da ata tem a obrigação de fornecer os bens ou serviços nas quantidades e qualidades especificadas na Ata de Registro de Preço, conforme a demanda da Administração Pública.
- 29.3.2. O fornecimento deve ser feito dentro dos prazos e condições acordados, sendo compromissada com os preços registrados durante a vigência da ata.,
- 29.3.3. A empresa registrada deve manter os preços constantes na Ata de Registro de Preço, que não podem ser alterados durante o período de validade da ata, exceto nas condições previstas na própria ata ou devido a fatores externos que justifiquem a alteração, como a variação de custos (inflacionários ou outros fatores) de forma devidamente documentada.
- 29.3.4. O fornecedor deve cumprir os prazos de entrega estipulados na Ata de Registro de Preço ou no pedido específico realizado pelos órgãos participantes.
- 29.3.5. Caso o fornecedor não consiga cumprir os prazos de entrega ou execução, deverá informar previamente à Administração e justificar o motivo, podendo ser penalizado em caso de descumprimento sem justificativa.
- 29.3.6. A empresa contratada deve garantir que os bens ou serviços atendam aos padrões de qualidade, conforme as especificações estabelecidas no edital e na ata.
- 29.3.7. A empresa detentora da ata deve garantir que manterá sua capacidade técnica e operacional durante toda a vigência da ata, ou seja, os recursos necessários (humanos, tecnológicos, materiais) para fornecer os bens ou serviços contratados.

29.3.8. Caso a empresa deixe de manter essa capacidade, a Administração Pública pode rescindir o contrato ou a adesão à ata.

29.3.9. A detentora da Ata de Registro de Preço deve assinar a ata após ser convocada para tal, no prazo estipulado pela Lei nº 14.133/2021 (até 5 dias úteis após a convocação), demonstrando compromisso com as condições acordadas.

29.3.10. empresa deve seguir as condições de pagamento e faturamento estabelecidas na ata, sendo que o pagamento será feito após a entrega do produto ou execução do serviço, conforme os termos acordados.

29.3.11. A detentora da ata também deve garantir que as notas fiscais ou documentos de cobrança atendam aos requisitos formais exigidos pela Administração Pública para que o pagamento seja realizado de forma correta.

29.3.12. Caso o produto fornecido apresente defeito ou não atenda às especificações, a detentora da ata tem a obrigação de substituir ou reparar o item sem custos adicionais para a Administração Pública, dentro do prazo da garantia estabelecida.

29.3.13. A empresa deve cumprir todas as cláusulas estabelecidas no contrato ou termo de adesão, não apenas no que se refere ao fornecimento de bens ou serviços, mas também no que se refere a aspectos legais, como penalidades, multas, rescisão e outros direitos e deveres definidos.

29.3.14. Embora a responsabilidade principal de acompanhar a execução da Ata de Registro de Preço seja da Administração Pública, a detentora também deve garantir que a execução do contrato ocorra de maneira adequada e atenda às exigências da licitação. Caso haja alterações importantes no fornecimento, como a modificação de preços, a dificuldade de produção, alteração de local de fornecimento ou qualquer outra situação que impacte a execução do contrato, a empresa detentora da ata deve informar a Administração Pública imediatamente.

29.3.15. A detentora da ata deve cumprir com todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao fornecimento, garantindo que todos os impostos, contribuições e encargos sejam pagos, evitando problemas para a Administração Pública.

30. DOS IMPEDIMENTOS

30.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Instituição, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

31. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

31.1. O prazo mínimo de validade das propostas de preços será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.

31.2. Os preços deverão ser cotados de forma unitária e total do produto, já incluídos os tributos, encargos, fretes, seguros e demais ônus, sendo que o vencedor será aquele licitante que ofertar o menor preço unitário, com somente duas casas decimais após a vírgula, conforme características solicitadas do objeto.

31.3. A Proposta Comercial necessariamente deverá atender a todos os requisitos abaixo:

31.4. Conter a descrição (garantia mínima, fabricante, marca, etc) detalhada do objeto proposto.

31.5. Conter declaração comprobatória com relação ao prazo de garantia do equipamento.

31.6. A marca do fabricante informada na proposta de preço da licitante, integra as especificações do equipamento, sendo obrigatória a entrega da mesma MARCA constante da proposta da licitante.

31.7. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições do edital e a obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

31.8. A proposta deverá ser emitida em papel que identifique a licitante contendo o CNPJ da licitante e as seguintes informações:

31.9. Razão Social;

31.10. Especificações detalhadas do objeto licitado;

31.11. Valores unitários e totais do item, em moeda nacional, em algarismo e por extenso.

31.12. Dados bancários da licitante, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco da mesma;

31.13. CNPJ, telefone, endereço e e-mail.

31.14. Obs: Havendo divergência entre os valores unitários e totais, prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

32. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

32.1. Responsabilizar-se pela lavratura do contrato ou outro instrumento substitutivo se for o caso, com base nas disposições da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

32.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE as estabelecidas na minuta do contrato, anexa ao presente processo administrativo.

- 32.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- 32.4. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens e/ou materiais, segundo os cronogramas estimados e efetuar os pagamentos nas condições, prazos e preços pactuados.
- 32.5. Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.
- 32.6. Serão considerados para efeito de pagamento os documentos enviados pelos responsáveis pela fiscalização dos fornecimentos realizados na Secretaria, afirmando ter sido realizado as entregas de acordo com este Termo de Referência e Contrato.
- 32.7. Designar servidores da SEPLAN para acompanhar e fiscalizar o objeto a ser contratado e para atestar o recebimento do objeto, nos termos do edital.
- 32.8. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente edital e tudo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a SEPLAN ou modificação das obrigações.
- 32.9. Efetuar o(s) pagamento(s) à empresa contratada de acordo com as condições de preço e prazo(s) estabelecidos neste termo e eventual edital.
- 32.10. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto a ser contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 32.11. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital de licitação respectivo

33. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 33.1. O fornecimento deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência e prazo pactuado, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas por este termo e pelo eventual edital e seus anexos.
- 33.2. Os preços cotados incluem as despesas de custo, como: seguro, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.
- 33.3. Durante a Vigência do contrato, a CONTRATADA deverá atender prontamente às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação através de ordem de fornecimento/serviço do Setor solicitante.
- 33.4. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos fornecimentos a ele inerentes.
- 33.5. Cumprir os fornecimentos conforme disposições do presente Termo de Referência.
- 33.6. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à SEPLAN ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Termo de Referência.
- 33.7. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.
- 33.8. Ser o único, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Secretaria de Estado de Planejamento ou a terceiros, provenientes do fornecimento (ou da prestação dos serviços, quando for o caso), respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público licitante.
- 33.9. Manter, durante a futura e eventual execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 33.10. Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da SEPLAN à futura execução contratual do objeto em questão.
- 33.11. Cientificar, imediatamente, à fiscalização da SEPLAN qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.
- 33.12. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos e ou fornecimento, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da SEPLAN.
- 33.13. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização.
- 33.14. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto da pertinente contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 33.15. Ser o único responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra e transporte necessários à perfeita efetivação do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.
- 33.16. Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo.

34. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

34.1. As infrações e respectivas sanções administrativas aplicáveis à CONTRATADA serão fundamentadas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.

34.2. Constituem infrações administrativas, entre outras previstas na Lei nº 14.133/2021:

34.3. frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação;

34.4. impedir, perturbar ou fraudar atos do procedimento licitatório;

34.5. afastar licitante por meio de fraude ou vantagem indevida;

34.6. fraudar a licitação ou o contrato dela decorrente;

34.7. criar pessoa jurídica irregular ou fraudulenta para participar do certame;

34.8. obter vantagem indevida mediante alterações ou prorrogações contratuais;

34.9. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

34.10. dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;

34.11. deixar de entregar documentos exigidos no certame ou para contratação;

34.12. não manter a proposta dentro da validade sem justificativa;

34.13. não assinar o contrato quando convocada;

34.14. comprometer, sem justificativa, a entrega dos materiais ou o cumprimento das obrigações contratuais.

34.15. **Sanções Aplicáveis**

34.16. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

34.17. **Advertência**

34.17.1. Aplicada em infrações de menor gravidade, formais ou pontuais, que não comprometam significativamente a entrega dos materiais. Será sempre motivada e formalizada por escrito.

34.18. **Multas**

34.18.1. a) Multa por recusa injustificada em assinar o contrato.

34.18.2. Valor: 10% do valor global adjudicado.

34.18.3. b) Multa moratória – atraso na entrega dos materiais.

34.18.4. 0,5% ao dia, limitada a 10% do valor da parcela inadimplida.

34.18.5. c) Multa compensatória – inexecução parcial.

34.18.6. 10% sobre o valor da parte não executada.

34.18.7. d) Multa compensatória – inexecução total.

34.18.8. 20% sobre o valor global do item/lote atingido.

34.19. A definição do percentual considerará a gravidade da infração, prejuízos causados, circunstâncias agravantes ou atenuantes e demais critérios previstos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

34.20. As multas poderão ser descontadas de pagamentos devidos, abatidas de eventual garantia contratual ou cobradas judicialmente.

34.21. **Impedimento de Licitar e Contratar**

34.21.1. Será aplicada conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155.

34.21.2. Impedirá a empresa de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo sancionador por até 3 (três) anos.

34.22. **Declaração de Inidoneidade**

34.22.1. Aplicada nos casos de maior gravidade, conforme incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

34.22.2. Impede a empresa de licitar e contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) a máximo de 6 (seis) anos.

34.23. **A aplicação das penalidades observará rito administrativo próprio, garantindo:**

34.24. notificação da contratada;

34.25. direito ao contraditório e à ampla defesa;

34.26. decisão motivada pela autoridade competente.

34.27. A SEPLAN poderá, cautelarmente, reter valores para garantir futura aplicação de multa, conforme previsão

legal.

34.28. Registro das Sanções

As penalidades aplicadas serão registradas no SICAF, PNCP e demais sistemas oficiais pertinentes, conforme legislação vigente.

35. CLASSIFICAÇÃO E NATUREZA DO OBJETO

35.1. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

35.2. Trata-se de objeto cuja escolha pode ser realizada com base nos preços apresentados, uma vez que os produtos são comparáveis entre si e não exigem avaliação técnica detalhada, dado que não possuem alta complexidade para sua execução. Além disso, não se trata de um serviço personalizado ou sob encomenda.

35.3. O objeto não se caracteriza como fornecimento contínuo, mas como aquisição de bens comuns para atendimento recorrente e por demanda, mediante contratações futuras e parceladas no âmbito do SRP. Assim, eventual descontinuidade pontual não implica interrupção de atividade essencial, devendo ser mitigada por planejamento de compras, gestão de estoque e programação de pedidos.

36. DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À RESERVA LEGAL DE CARGOS

36.1. A Contratada se obriga a cumprir integralmente as obrigações legais relativas à reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em conformidade com o art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021, art. 93 da Lei 8.213/1991, arts. 429 a 431 da CLT e Decreto Federal nº 5.598/2005, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

37. DA PROTEÇÃO DE DADOS

37.1. A Contratada, caracterizada como "Operador de Dados" (pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador), conforme inciso VII do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), deverá se submeter integralmente às recomendações desta Lei, e às orientações e supervisão do Contratante, denominada neste contexto como "Controlador de Dados."

37.2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

37.3. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

37.4. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Contratante e a Contratada, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

37.5. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

37.6. A Contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

37.7. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

37.8. A comunicação não exime a Contratada das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

37.9. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

38. DA ANTICORRUPÇÃO

38.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

38.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

38.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias desta Secretaria, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

- a) E-mail: ouvidoria.seplan@ac.gov.br
- b) Plataforma de ouvidoria: <http://falabr.cgu.gov.br/> Site: www.seplan.ac.gov.br
- c) Presencial: Térreo do Palácio das Secretarias.
- d) Endereço: Sede da Secretaria de Estado de Planejamento, situada na Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 4º andar - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060.

39. DA DISPOSIÇÃO GERAIS

39.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, correrão por conta da Contratada.

39.2. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

39.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

39.4. Para fins de contratação: A vencedora deverá estar cadastrada no Cadastro Nacional Unificado de Fornecedores - SICAF e banco de dados de credores da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ por meio do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> e atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes no Termo de Referência e seus anexos.

40. DO FORO

40.1. O FORO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do contrato será o da Comarca de Rio Branco/AC, da Justiça Comum Estadual.

Rodinely Pereira da Costa
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas - DIVGP
Portaria nº 1 de 10 de Janeiro de 2023

ANEXOS

APÊNDICE “A” – MODELOS DE REFERÊNCIA PARA OS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA
01	ESELHO DE BOLSA Espelho Aço Inox com verso em acabamento escovado, acompanhado de capinha protetora e alça de couro ecológico, portátil, medindo aprox. 6,2 x 6,5 x 0,4cm, na cor bege. Margem de variação: (+/-2cm). Gravação personalizada em UV na capa de couro, conforme arte disponibilizado pela contratante.	UND	

02	<p>NECESSAIRE</p> <p>Necessaire em algodão cru; gramatura 362g/m²; fechamento em zíper de correr com cursor metálico; com alça e dedeira lateral; interior forrado; formato retangular; medindo aprox. 20 x 13 x 7,5cm. Margem de variação: (+/-2cm). Gravação personalizada em silk screen na parte frontal, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	UND	
03	<p>CANECA</p> <p>Características: Caneca, material: cerâmica, cor: branco, Capacidade: 350ml, com alça lua em cerâmica, medindo aprox. 11,3 x 8,18 x 8 cm. Margem de variação: (+/-2cm).</p> <p>A Caneca deverá vir embalada individualmente em uma caixa de papelão para garantir a proteção durante o transporte ou armazenamento.</p> <p>A caneca deverá ser personalizada por sublimação, com impressão da arte fornecida pela Contratante, aplicada na área externa da caneca. A Contratada poderá realizar pequenos ajustes técnicos na arte (ex.: redimensionar e reposicionar) somente para adequação à área de impressão, sem alterar o conteúdo, logomarca ou identidade visual. A impressão deverá ter boa definição e cores uniformes, sem falhas, manchas ou borrões.</p>	UND	
04	<p>PORTA COPO</p> <p>Porta copo em Bambu</p> <p>Características: cortado a laser, medindo aproximadas: Profundidade: 10 cm, Largura: 10 cm, Altura: 2cm. Margem de variação: (+/-2cm);</p> <p>Com gravação personalizada a laser, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	UND	
05	<p>GARRAFA TÉRMICA</p> <p>Garrafa térmica material em bambu e aço inox; parede dupla isolada a vácuo e infusor para chá (térmico); capacidade de 500ml; acompanhada de tampa externa rosqueável e com vedação; formato cilíndrico; medindo aprox. 8 x 8 x 23cm. Margem de variação: (+/-2cm).</p> <p>Com gravação personalizada a laser, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	UND	

06	<p>CANETA PERSONALIZADA</p> <p>Caneta metal marca texto inteira colorida com detalhes preto. Clip de metal na cor prata, possui tampa em ambos lados (esferográfica e marca texto). Marca texto apenas amarelo.</p> <p>Medidas aproximadas para gravação (CxL): 4,2 cm X 0,8 cm</p> <p>Tamanho total aproximado (CxL): 13,9 cm x 1,3 cm. Peso aproximado (g): 17.</p> <p>Gravação personalizada, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	UND	
07	<p>AGENDA PERSONALIZADA</p> <p>Com 352 páginas, encadernação: capa dura wire-o personalizada com a logo da SEPLAN, conteúdo interno: folha de rosto personalizada, calendário de 2026 e 2027, indicação de feriados, dados pessoais, visão diária com horários (segunda a sexta) e espaço compartilhado para sábado e domingo, material das páginas: papel sulfite (offset) branco, medidas aproximadas: 20cmX15cm, tamanho das folhas: 15cmX20cm. Margem de variação: (+/-2cm)</p>	UND	
08	<p>SACO DE ALGODÃO</p> <p>Material em algodão cru; com cordão de algodão cru e logo frontal, gramatura 145g/m², com costura interlock medindo aprox. 10x15cm. Margem de variação: (+/-2cm). Pacote com 50 unidades.</p> <p>Gravação personalizada em silk screen na parte frontal, em 1 cor, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	PCT	
09	<p>SACO DE ALGODÃO</p> <p>Material em algodão cru; com cordão de algodão cru e logo frontal, gramatura 145g/m², com costura interlock medindo aprox. 15x20cm. Margem de variação: (+/-2cm). Pacote com 50 unidades.</p> <p>Gravação personalizada em silk screen na parte frontal, em 1 cor, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	PCT	
10	<p>SACOLA DE PAPEL KRAFT P</p> <p>Sacola de papel kraft, confeccionadas em material reciclável, resistente, alta qualidade, papel kraft 100gr., medindo aprox. 26 x 18 x 10cm. Margem de variação: (+/-2cm).</p> <p>Pacote com 10 unidades</p>	PCT	

11	<p>SACOLA DE PAPEL KRAFT M</p> <p>Sacola de papel kraft, confeccionadas em material reciclável, resistente, alta qualidade, papel kraft 100gr., medindo aprox. 34 x 26 x 11cm. Margem de variação: (+/-2cm).</p> <p>Pacote com 10 unidades</p>	PCT	
12	<p>SACOLA KRAFT PARA GARRAFA</p> <p>Sacola de papel kraft, confeccionadas em material reciclável, resistente, alta qualidade, papel kraft 100gr., medindo aprox. 38 x 12 x 10cm. Margem de variação: (+/-2cm).</p> <p>Pacote com 10 unidades</p>	PCT	
13	<p>CAIXA GAVETA KRAFT</p> <p>Caixa gaveta para agenda de papel kraft com tampa papel, confeccionadas em material reciclável, resistente, alta qualidade. Medidas Internas: 22cmX18cmX5cm. Medidas Externas: 24cmX20cmX5cm. Margem de variação: (+/-2cm).</p> <p>Pacote com 10 unidades</p>	PCT	
14	<p>Saco para presente, 25cm X 35cm, incolor, com 50 unidades.</p>	PCT	
15	<p>Papel Fotográfico A4 180gr com 50 folhas</p>	PCT	

16	Papel Fotográfico Adesivo A4 Glossy 130gr com 50 folhas	PCT	
17	Papel A4 Diplomata Premium, 180G, cor branco, acabamento fosco, liso, Com 50 folhas	PCT	
18	Fita de cetim nº 05, em poliéster, com cerca de 22m ou 2,2cm por 10m, acabamento brilhante em um ou dois lados, cor vermelho, referência 0389.	UND	
19	Fita de cetim nº 05, em poliéster, com cerca de 22m ou 2,2cm por 10m, acabamento brilhante em um ou dois lados, cor verde militar, referência 0249.	UND	
20	Fita de cetim nº 05, em poliéster, com cerca de 22m ou 2,2cm por 10m, acabamento brilhante em um ou dois lados, cor branco, referência 0201.	UND	



Documento assinado eletronicamente por **RODINELY PEREIRA DA COSTA**, **Chefe de Divisão**, em 20/02/2026, às 10:36, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019479045** e o código CRC **39C25D0B**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0088.016765.00040/2025-93

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

O ESTADO DO ACRE, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.034.518/0001-05, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 232, 4º andar, Palácio das Secretarias, Bairro Centro, Rio Branco-Acre, CEP 69.900-060 doravante denominada "Órgão Gerenciador", por intermédio do seu secretário o Senhor RICARDO BRANDÃO DOS SANTOS, nomeado por meio do Decreto Estadual nº 0000, de 00 de janeiro de 0000 e, de outro lado a empresa XXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxx, nº 0000, Bairro xxxxxxxx, CEP: 00.000-00, na cidade de XXXXXXXX – XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-00, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), (profissão), portador do RG nº 00000 SSP/XX e inscrito no CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado no (endereço completo), nº 000, bairro xxxx, CEP: 00.000-000, na cidade XXXXXXXXX – XXX, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e no Decreto Estadual nº 11.363/2023, bem como as demais normas legais correlatas e, CONSIDERANDO a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços em epígrafe, conforme Ata publicada em XX/XX/XXXX e homologada pela Autoridade Competente, conforme disposições abaixo:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços visando a futura contratação de empresa para fornecimento e entrega de materiais e embalagens para atender às ações do projeto "SEPLAN Cuida", desenvolvido pela Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA REGISTRO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ESPELHO DE BOLSA Espelho Aço Inox com verso em acabamento escovado, acompanhado de capinha protetora e alça de couro ecológico, portátil, medindo aprox. 6,2 x 6,5 x 0,4cm, na cor bege. Margem de variação: (+/-2cm). Gravação personalizada em UV na capa de couro, conforme arte disponibilizado pela contratante.	4240	Unidade	240		
02	NECESSAIRE Necessaire em algodão cru; gramatura 362g/m²; fechamento em zíper de correr com cursor metálico; com alça e dedeira lateral; interior forrado; formato retangular; medindo aprox. 20 x 13 x 7,5cm. Margem de variação: (+/-2cm). Gravação personalizada em silk screen na parte frontal, conforme arte disponibilizado pela contratante.	6760	Unidade	220		

03	<p>CANECA</p> <p>Características: Caneca, material: cerâmica, cor: branco, Capacidade: 350ml, com alça lua em cerâmica, medindo aprox. 11,3 x 8,18 x 8 cm. Margem de variação: (+/-2cm).</p> <p>A Caneca deverá vir embalada individualmente em uma caixa de papelão para garantir a proteção durante o transporte ou armazenamento.</p> <p>A caneca deverá ser personalizada por sublimação, com impressão da arte fornecida pela Contratante, aplicada na área externa da caneca. A Contratada poderá realizar pequenos ajustes técnicos na arte (ex.: redimensionar e reposicionar) somente para adequação à área de impressão, sem alterar o conteúdo, logomarca ou identidade visual. A impressão deverá ter boa definição e cores uniformes, sem falhas, manchas ou borrões.</p>	7350	Unidade	380		
04	<p>PORTA COPO</p> <p>Porta copo em Bambu</p> <p>Características: cortado a laser, medindo aproximadas: Profundidade: 10 cm, Largura: 10 cm, Altura: 2cm. Margem de variação: (+/-2cm);</p> <p>Com gravação personalizada a laser, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	619732	Unidade	380		
05	<p>GARRAFA TÉRMICA</p> <p>Garrafa térmica material em bambu e aço inox; parede dupla isolada a vácuo e infusor para chá (térmico); capacidade de 500ml; acompanhada de tampa externa rosqueável e com vedação; formato cilíndrico; medindo aprox. 8 x 8 x 23cm. Margem de variação: (+/-2cm).</p> <p>Com gravação personalizada a laser, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	630801	Unidade	380		
06	<p>CANETA PERSONALIZADA</p> <p>Caneta metal marca texto inteira colorida com detalhes preto. Clip de metal na cor prata, possui tampa em ambos lados (esferográfica e marca texto). Marca texto apenas amarelo.</p> <p>Medidas aproximadas para gravação (CxL): 4,2 cm X 0,8 cm</p> <p>Tamanho total aproximado (CxL): 13,9 cm x 1,3 cm. Peso aproximado (g): 17.</p> <p>Com gravação personalizada a laser, conforme arte disponibilizado pela contratante.</p>	7510	Unidade	380		

07	AGENDA PERSONALIZADA Com 352 páginas, encadernação: capa dura wire-o personalizada com a logo da SEPLAN, conteúdo interno: folha de rosto personalizada, calendário de 2026 e 2027, indicação de feriados, dados pessoais, visão diária com horários (segunda a sexta) e espaço compartilhado para sábado e domingo, material das páginas: papel sulfite (offset) branco, medidas aproximadas: 20cmX15cm, tamanho das folhas: 15cmX20cm. Margem de variação: (+/-2cm)	7510	Unidade	380		
08	SACO DE ALGODÃO Material em algodão cru; com cordão de algodão cru e logo frontal, gramatura 145g/m², com costura interlock medindo aprox. 10x15cm. Margem de variação: (+/-2cm). Pacote com 50 unidades. Gravação personalizada em silk screen na parte frontal, em 1 cor, conforme arte disponibilizado pela contratante.	445548	Unidade	05		
09	SACO DE ALGODÃO Material em algodão cru; com cordão de algodão cru e logo frontal, gramatura 145g/m², com costura interlock medindo aprox. 15x20cm. Margem de variação: (+/-2cm). Pacote com 50 unidades. Gravação personalizada em silk screen na parte frontal, em 1 cor, conforme arte disponibilizado pela contratante.	445548	Unidade	07		
10	SACOLA DE PAPEL KRAFT P Sacola de papel kraft, confeccionadas em material reciclável, resistente, alta qualidade, papel kraft 100gr., medindo aprox. 26 x 18 x 10cm. Margem de variação: (+/-2cm). Pacote com 10 unidades	8105	Unidade	22		
11	SACOLA DE PAPEL KRAFT M Sacola de papel kraft, confeccionadas em material reciclável, resistente, alta qualidade, papel kraft 100gr., medindo aprox. 34 x 26 x 11cm. Margem de variação: (+/-2cm). Pacote com 10 unidades	8105	Unidade	38		
12	SACOLA KRAFT PARA GARRAFA Sacola de papel kraft, confeccionadas em material reciclável, resistente, alta qualidade, papel kraft 100gr., medindo aprox. 38 x 12 x 10cm. Margem de variação: (+/-2cm). Pacote com 10 unidades	8105	Unidade	38		

13	CAIXA GAVETA KRAFT Caixa gaveta para agenda de papel kraft com tampa papel, confeccionadas em material reciclável, resistente, alta qualidade. Medidas Internas: 22cmX18cmX5cm. Medidas Externas: 24cmX20cmX5cm. Margem de variação: (+/-2cm). Pacote com 10 unidades	8115	Unidade	38		
14	SACO PARA PRESENTE 25cm X 35cm, incolor, com 50 unidades.	8105	Unidade	15		
15	PAPEL FOTOGRÁFICO A4 180gr com 50 folhas	619019	Unidade	15		
16	PAPEL FOTOGRÁFICO ADESIVO A4 Glossy 130gr com 50 folhas	619019	Unidade	15		
17	PAPEL A4 DIPLOMATA PREMIUM 180G, cor branco, acabamento fosco, liso, Com 50 folhas	7510	Unidade	15		
18	FITA DE CETIM Nº 05 em poliéster, com cerca de 22m ou 2,2cm por 10m, acabamento brilhante em um ou dois lados, cor vermelho, referência 0389.	7510	Unidade	40		
19	FITA DE CETIM Nº 05 em poliéster, com cerca de 22m ou 2,2cm por 10m, acabamento brilhante em um ou dois lados, cor verde militar, referência 0249.	7510	Unidade	40		
20	FITA DE CETIM Nº 05 em poliéster, com cerca de 22m ou 2,2cm por 10m, acabamento brilhante em um ou dois lados, cor branco, referência 0201.	7510	unidade	40		

2.2. Este instrumento não obriga a CONTRATANTE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência, em igualdade de condições.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços

4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que

não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

5. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente Ata de Registro de Preços.

7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, ocasião em que os quantitativos poderão ser renovados, de modo a assegurar a continuidade do atendimento da demanda, resguardada a manutenção da vantajosidade dos preços e do equilíbrio das condições da licitação.

7.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.4. Em conformidade com o art. 339 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, a contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.7.1. Em conformidade com o art. 321 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

7.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a

classificação da licitação; e

7.7.2.2. Mantiverem sua proposta original.

7.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.7.4. O registro a que se refere o item 7.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.7.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.7.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.7.7. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

7.7.8. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.7.9. Em conformidade com o art. 322 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, o licitante mais bem classificado, ou o fornecedor no caso de contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação formal pela Administração, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do convocado e desde que aceite pela Administração.

7.7.10. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.7.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.7.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.7.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

7.7.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.7.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

7.7.13.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO LICITANTE VENCEDOR

8.1. O licitante vencedor, convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, para fazê-lo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021.

8.2. Em conformidade com o art. 322 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, o licitante vencedor deverá assinar a presente Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação formal pela Administração.

8.3. A ausência de manifestação ou recusa injustificada em assinar a Ata no prazo estabelecido poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas na legislação, além da convocação dos licitantes subsequentes para assinatura, conforme a ordem de classificação.

8.4. A assinatura da Ata representa o compromisso do fornecedor em atender às condições estabelecidas, obedecendo às especificações, preços e prazos estipulados.

9. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES REGISTRADOS

9.1. Nos termos do artigo 339 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, as contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a emissão de ordens de fornecimento, notas de empenho ou outro instrumento hábil, respeitando-se a ordem de classificação dos fornecedores registrados.

9.2. A Administração poderá convocar os fornecedores registrados na ordem de classificação para atendimento às demandas, sendo facultado convocar o fornecedor subsequente caso o fornecedor melhor classificado não atenda às condições estabelecidas em prazo ou qualidade.

9.3. As contratações devem observar os limites financeiros previstos na Ata e as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento.

10. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

10.4. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.5. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

11.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

11.4. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

11.5. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.6. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

11.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados

11.8. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.9. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.10. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

12.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da

entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

12.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

12.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

13. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

14. DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

14.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

14.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

14.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As sanções constantes neste item poderão ser aplicadas ao LICITANTE VENCEDOR, sem prejuízo da reparação dos danos causados à esta Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, pelo infrator, observado o devido processo administrativo;

15.2. As sanções aludidas no caput deste item são:

- I - Multa;
- II - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o esta Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, por período não superior a 2 (dois) anos;
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. A Aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação do ato;

15.4. No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação do ato;

15.5. A advertência e as demais punições poderão ser aplicadas quando ocorrer descumprimento das obrigações contratuais, especialmente, àquelas relativas às características dos bens, qualidade, quantidade, prazo ou recusa de fornecimento ou entrega, ressalvados os casos fortuitos ou força maior, devidamente justificado e comprovados, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

15.6. O atraso no fornecimento dos materiais sujeitará o LICITANTE VENCEDOR ao pagamento de multa correspondente a 1 % (um por cento) do valor da pendência, por dia de atraso, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor devido, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Ata SRP ou no Edital do Pregão.

15.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não possuindo caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará o LICITANTE VENCEDOR da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

15.8. O valor referente à multa e juros será deduzido de qualquer crédito a que tenha direito o Fornecedor, cobrados ao LICITANTE VENCEDOR diretamente ou judicialmente, bem como os prejuízos causados a Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN;

15.9. Também ficam sujeitas às penalidades dos arts. 155 e 156, da Lei nº 14.133/21, o Licitante Vencedor que tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos e tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante Vencedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e Decreto Estadual nº. 11.363/23;

15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16. CONDIÇÕES GERAIS

16.1. As condições gerais para execução do objeto, tais como prazos de entrega e recebimento, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais regras aplicáveis, encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência que integra a presente Ata.

16.2. Considerando que o certame adota o critério de menor preço por item, a adjudicação e o registro serão realizados item a item, permitindo à Administração adquirir integral ou parcialmente os itens registrados, conforme necessidade, oportunidade e disponibilidade orçamentária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.3. As questões decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Órgão Gerenciador

XXXX

XXXXX

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **RODINELY PEREIRA DA COSTA, Chefe de Divisão**, em 09/02/2026, às 09:37, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019340007** e o código CRC **91E44970**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 27/2026/SEPLAN - DIVA

CONTRATO Nº. XX/2026
PROCESSO SEI Nº XXXXXXXXXXXXXXXX
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXXX
ATA DE REGISTRO DE PREÇO XXXX

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O
ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO –
SEPLAN, NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE, E A
EMPRESA XXXXXX, NA CONDIÇÃO DE
CONTRATADA.

A **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.034.518/0001-05, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 232, 4º andar, Palácio das Secretarias, Bairro Centro, Rio Branco-Acre, CEP 69.900-060, doravante denominada **CONTRATANTE**, por intermédio do seu secretário, Senhor **Ricardo Brandão dos Santos**, domiciliado nesta capital, nomeado por meio do Decreto Estadual nº 07 - P, de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, e de outro lado a **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [digite aqui o CNPJ], estabelecida à [digite aqui o endereço completo da empresa], doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor(a) [digite aqui o nome], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [digite aqui o número com a Unidade da Federação] e do CPF nº [digite aqui o número], resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei Federal nº 14.133, 01 de abril de 2021](#), Decreto Estadual 11.363/23, Lei nº 8.078/1990, legislação correlata e pelo Edital e anexos do pregão eletrônico srp nº xxxx, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento e entrega de materiais e embalagens para atender às ações do projeto "SEPLAN Cuida", desenvolvido pela Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, conforme condições, exigências e especificações constantes no Apêndice "A" do Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						

19						
20						

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DA ENTREGA

2.1. As entregas, ocorrerão na Sede da CONTRATANTE, situada na AV. Getúlio Vargas, nº232, Centro, Rio Branco/AC, CEP: 69900-060 Palácio das Secretarias, em dias úteis, no horário das 07h às 16h, mediante Ordem de entrega previamente emitida pela gestão e fiscalização do contrato, observadas as diretrizes estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor estimado deste contrato é de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Cód. Órgão / Unidade Executora:

4.2. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo :

4.3. Programa de Trabalho: xxxx

4.4. Elemento de Despesa: xxxx

4.5. Fonte de Recurso: xxxx

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

5.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

5.2. O Termo de Referência;

5.3. O Edital da Licitação;

5.4. A Proposta do contratado;

5.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

6. CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante designado pela Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, que terá a responsabilidade de verificar a conformidade do fornecimento e entrega de materiais e embalagens e o cumprimento integral das obrigações contratuais.

6.2. A contratada deverá disponibilizar todos os recursos materiais, logísticos e, quando necessário, humanos necessários à perfeita execução do objeto, responsabilizando-se pela qualidade dos materiais fornecidos e pela observância dos prazos estabelecidos para entrega.

6.3. A empresa responderá por qualquer dano que venha a ocasionar ao patrimônio público ou a terceiros em decorrência do transporte, manuseio ou entrega dos materiais, devendo adotar todas as medidas necessárias à reparação imediata dos prejuízos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.4. Compete ainda à contratada assegurar a substituição, sem ônus adicional para a Administração, dos itens que apresentem defeitos, falhas ou inadequações, mantendo as condições de qualidade, segurança e usabilidade dos materiais, de forma a prevenir riscos à integridade física dos usuários e ao patrimônio público.

6.5. Ao término da vigência contratual, caberá à contratada assegurar que não haja pendências de entrega, bem como sanar eventuais reclamações ou não conformidades relacionadas ao fornecimento dos materiais.

6.6. O descumprimento das obrigações sujeitará a empresa às penalidades previstas em lei e no contrato, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos causados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. DA VIGÊNCIA

7.1.1. A contratação terá vigência a data de sua assinatura do contrato/empenho, e sua duração ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário.

7.2. DA EFICÁCIA

7.2.1. A eficácia do contrato/empenho estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

7.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

7.2.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA ANÁLISE DE RISCO

8.1. Foi elaborada Análise de Riscos específica para o presente contrato, contemplando a identificação dos principais

eventos que possam impactar o regular andamento do certame, a formalização contratual e a execução do objeto.

8.2. O documento avalia probabilidades, impactos, medidas preventivas e ações de contingência aplicáveis, constituindo instrumento de apoio à tomada de decisão, à gestão e à fiscalização da execução contratual.

8.3. A Análise de Riscos encontra-se devidamente formalizada em documento próprio, apensado ao processo administrativo, devendo ser observada durante todas as fases do procedimento licitatório e da execução do contrato, servindo como referência para a mitigação de riscos operacionais, financeiros, logísticos e administrativos relacionados à contratação.

9. CLÁUSULA NONA - DAS GARANTIAS

9.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.2. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

9.3. DA GARANTIA DO OBJETO

9.4. A garantia do objeto será regida pelas disposições das legislações do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), em concordância com a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

10.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

10.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

- a) Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
- b) CNPJ nº 04.034.518/0001-05

10.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

10.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

10.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

10.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

10.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

10.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

10.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

10.10.1. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das

ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

11.1. Reajuste:

11.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação das propostas.

11.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas, aplicando-se o índice IPCA, ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado, considerando a aplicação da seguinte fórmula:

IPC = Ca/Co x 100, onde:

IPC = Índice de Preços ao Consumidor

Ca = Custo da cesta de mercado no período atual

Co = Custo da cesta de mercado no período de base

11.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.2. Revisão:

11.2.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, na alínea “d” do inciso II da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

12.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos materiais fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

12.5. Efetuar o pagamento ao Contratado pelo fornecimento dos materiais, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.

12.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas em lei e neste Contrato.

12.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis, quando houver descumprimento das obrigações contratuais pelo Contratado.

12.8. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, exceto aquelas impertinentes, protelatórias ou sem relevância para a execução contratual.

12.9. A Administração decidirá requerimentos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período.

12.10. Responder pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo Contratado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.11. Notificar os emitentes das garantias acerca da instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

12.12. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que relacionados ao fornecimento dos materiais, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos do Contratado, seus

empregados, prepostos ou subordinados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e no Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. A contratada é responsável pelos riscos decorrentes do fornecimento dos materiais, responsabilizando-se por quaisquer danos que venham a ser causados a pessoas ou bens de terceiros, por seus empregados, técnicos ou prepostos de qualquer natureza;

13.3. Assumir as responsabilidades, em relação aos seus empregados, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras que venham a ser criadas e exigidas em Lei, resultantes da execução do contrato;

13.4. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas e fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE;

13.5. A empresa contratada deverá obedecer às normas do contrato e as que constam neste contrato e no Termo de Referência;

13.6. Fornecer todos os materiais, equipamentos ou utensílios necessários ao atendimento integral do objeto, sem a necessidade de intervenção de funcionários da Secretaria de Estado de Planejamento;

13.7. A contratada deverá comunicar à Secretaria de Estado de Planejamento, no prazo de até 24 horas, a existência de problemas que possam comprometer o fornecimento ou a entrega dos materiais;

13.8. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

13.9. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

13.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

13.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

13.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação;

13.15. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos durante o fornecimento;

13.16. Manter um preposto à disposição da Contratante, munido de sistema de comunicação que permita sua localização imediata para atendimento quando necessário, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

13.17. Assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e tecnicamente perfeita execução do fornecimento contratado, responsabilizando-se, também, pela idoneidade de seus empregados, prepostos ou subordinados, bem como por quaisquer danos ou prejuízos causados às instalações físicas, ao mobiliário e aos equipamentos da Contratante e de terceiros;

13.18. Informar à SEPLAN a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou fatos que possam atrasar ou impedir a conclusão das entregas dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas cabíveis e indispensáveis para regularização;

13.19. Fornecer e utilizar, sem quaisquer ônus para a Contratante que não sejam aqueles definidos e estabelecidos na proposta de preços, todos os meios necessários à perfeita execução do fornecimento objeto do contrato;

13.20. Assumir integralmente a responsabilidade por quaisquer acidentes nos quais possam ser vítimas seus empregados durante a atividade de entrega no endereço da Contratante, por omissão, negligência e descumprimento de recomendações legais ou técnicas;

13.21. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre os materiais fornecidos, apresentando os respectivos comprovantes quando solicitados;

13.22. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

13.23. A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma que não mereça sua confiança, embarace a fiscalização ou se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, bem como daquele que apresente qualificação inadequada para o cumprimento do contrato;

13.24. À CONTRATADA fica expressamente proibido o aproveitamento de servidores da SEPLAN para execução de atividades relacionadas ao objeto do contrato, sendo igualmente vedada a contratação de familiares de agentes públicos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança na SEPLAN, conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203/2010;

13.25. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

13.26. Solucionar qualquer tipo de problema relacionado à execução do fornecimento objeto deste Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. O Gestor do contrato ou documento equivalente será o responsável pelo setor solicitante da contratação, sendo indicado a critério da Secretaria de Estado de Planejamento.

14.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.5. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.7. FISCAL DO CONTRATO

14.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

14.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

14.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos materiais entregues;

14.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento e entrega de materiais e embalagens, após conferência prévia do objeto contratado;

14.7.5. No caso de eventuais serviços acessórios relacionados à entrega, controlar sua efetividade e solicitar a correção de vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

14.7.6. Acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade, qualidade, integridade e conformidade com as especificações contratadas;

14.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

14.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, na ausência de previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato prazo razoável para medida saneadora.

14.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

14.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

14.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução, instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

14.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução contratual, conferindo se os materiais entregues estão em perfeito estado e compatíveis com as características pactuadas;

14.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

14.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

14.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos ou suporte técnico para casos em que houver dúvida sobre a providência a ser adotada.

14.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor devido à contratada, por meio de glosas;

- 14.7.17. Cientificar o Gestor do Contrato e o Ordenador de Despesas sobre a possibilidade de não conclusão da entrega na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 14.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, a conferência dos materiais entregues antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 14.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos empregados da empresa;
- 14.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação das entregas realizadas;
- 14.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização da entrega, total ou parcial;
- 14.7.22. Controlar a quantidade efetivamente entregue, aprovando somente o recebimento dos materiais efetivamente fornecidos;
- 14.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 14.7.24. Glosar os pagamentos correspondentes aos materiais entregues em desacordo com as especificações contratuais ou, na hipótese de não entrega total ou parcial, podendo, nesses casos, ser sugerida a aplicação de penalidades ao contratado;
- 14.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades, a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão do seu ofício.

14.8. **GESTOR DO CONTRATO**

- 14.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 14.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 14.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 14.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 14.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para adoção das providências cabíveis;
- 14.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 14.8.7. Analisar notas e glosas emitidas pelo fiscal, verificando a necessidade de descontos no valor devido, informando ao setor financeiro;
- 14.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto da contratada por meio de ordem de fornecimento;
- 14.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato;
- 14.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência em meios informáticos;
- 14.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, adotando as diligências necessárias para eventual prorrogação, se possível e vantajoso for, ou para o encerramento da contratação;
- 14.8.12. Propor medidas que melhorem a execução contratual;
- 14.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 14.8.14. Encaminhar ao responsável competente as questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;
- 14.8.15. Providenciar, sempre por escrito, esclarecimentos ou suporte técnico quando necessário;
- 14.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e os sistemas de gestão contratual com informações atualizadas sobre o contrato;
- 14.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com a contratada, quando necessário e permitido pela legislação;
- 14.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas sobre ocorrências relacionadas ao contrato, como execução, reajustes, prorrogações e demais alterações;
- 14.8.19. Juntamente com o fiscal, levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas, sempre por escrito, instruções relativas a modificações necessárias no contrato, alterações de prazos e cronogramas, emitindo pareceres e relatórios técnicos que subsidiem decisões;
- 14.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 14.8.21. Elaborar o plano de inserção, quando aplicável, e disponibilizar infraestrutura adequada para a execução do objeto;
- 14.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas, sobre irregularidades encontradas; e
- 14.9. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. As infrações e respectivas sanções administrativas aplicáveis à CONTRATADA serão fundamentadas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.
- 15.2. Constituem infrações administrativas, entre outras previstas na Lei nº 14.133/2021:
- 15.3. frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação;
- 15.4. impedir, perturbar ou fraudar atos do procedimento licitatório;
- 15.5. afastar licitante por meio de fraude ou vantagem indevida;
- 15.6. fraudar a licitação ou o contrato dela decorrente;
- 15.7. criar pessoa jurídica irregular ou fraudulenta para participar do certame;
- 15.8. obter vantagem indevida mediante alterações ou prorrogações contratuais;
- 15.9. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 15.10. dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 15.11. deixar de entregar documentos exigidos no certame ou para contratação;
- 15.12. não manter a proposta dentro da validade sem justificativa;
- 15.13. não assinar o contrato quando convocada;
- 15.14. comprometer, sem justificativa, a entrega dos materiais ou o cumprimento das obrigações contratuais.
- 15.15. **Sanções Aplicáveis**
- 15.16. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:
- 15.17. **Advertência**
- 15.17.1. Aplicada em infrações de menor gravidade, formais ou pontuais, que não comprometam significativamente a entrega dos materiais. Será sempre motivada e formalizada por escrito.
- 15.18. **Multas**
- 15.18.1. a) Multa por recusa injustificada em assinar o contrato.
- 15.18.2. Valor: 10% do valor global adjudicado.
- 15.18.3. b) Multa moratória – atraso na entrega dos materiais.
- 15.18.4. 0,5% ao dia, limitada a 10% do valor da parcela inadimplida.
- 15.18.5. c) Multa compensatória – inexecução parcial.
- 15.18.6. 10% sobre o valor da parte não executada.
- 15.18.7. d) Multa compensatória – inexecução total.
- 15.18.8. 20% sobre o valor global do item/lote atingido.
- 15.19. A definição do percentual considerará a gravidade da infração, prejuízos causados, circunstâncias agravantes ou atenuantes e demais critérios previstos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.20. As multas poderão ser descontadas de pagamentos devidos, abatidas de eventual garantia contratual ou cobradas judicialmente.
- 15.21. **Impedimento de Licitar e Contratar**
- 15.21.1. Será aplicada conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155.
- 15.21.2. Impedirá a empresa de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo sancionador por até 3 (três) anos.
- 15.22. **Declaração de Inidoneidade**
- 15.22.1. Aplicada nos casos de maior gravidade, conforme incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.22.2. Impede a empresa de licitar e contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) a máximo de 6 (seis) anos.
- 15.23. **A aplicação das penalidades observará rito administrativo próprio, garantindo:**
- 15.24. notificação da contratada;
- 15.25. direito ao contraditório e à ampla defesa;
- 15.26. decisão motivada pela autoridade competente.

- 15.27. A SEPLAN poderá, cautelarmente, reter valores para garantir futura aplicação de multa, conforme previsão legal.
- 15.28. Registro das Sanções
- 15.29. As penalidades aplicadas serão registradas no SICAF, PNCP e demais sistemas oficiais pertinentes, conforme legislação vigente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- 16.2. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;
- 16.3. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 16.4. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de cumprir o fornecimento contratado;
- 16.5. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 16.6. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 16.7. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 16.8. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 16.9. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 16.10. supressão, por parte da Administração, das quantidades contratadas que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- 16.11. suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 16.12. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações;
- 16.13. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração relativos ao fornecimento contratado;
- 16.14. não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de informações, documentos ou providências necessárias ao recebimento dos materiais.
- 16.15. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do artigo 137 da lei 14.133/21 observarão as seguintes disposições:
- 16.16. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 16.17. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.
- 16.18. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 16.19. A extinção do contrato poderá ser:
- 16.20. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 16.21. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 16.22. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 16.23. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 16.24. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- 16.25. devolução da garantia;
- 16.26. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

- 16.27. pagamento do custo de eventuais despesas comprovadas que decorram diretamente da extinção do contrato.
- 16.28. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:
- 16.29. assunção imediata, pela Administração, dos materiais já entregues, no estado em que se encontrarem;
- 16.30. execução da garantia contratual para:
- 16.31. ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- 16.32. pagamento de eventuais multas devidas à Administração Pública;
- 16.33. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS OBJETOS

- 17.1. A entrega dos materiais ocorrerá na Sede da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 232, Centro, Rio Branco/AC, em dias úteis, no horário das 07h às 16h, mediante Ordem de Fornecimento emitida pela gestão e fiscalização do contrato, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 17.2. O recebimento dos bens ocorrerá em duas etapas: recebimento provisório e recebimento definitivo, conforme legislação aplicável.
- 17.3. Recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa e qualitativa, verificando-se:
- 17.4. Integridade das embalagens;
- 17.5. Conformidade das especificações com o Termo de Referência (material, tamanho, modelo e características técnicas);
- 17.6. Ausência de danos, avarias, rachaduras, empenos ou irregularidades que comprometam o uso;
- 17.7. Autenticidade e adequação da documentação fiscal.
- 17.8. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, servindo para início do prazo de análise e conferência.
- 17.9. Identificadas não conformidades, a Contratada será notificada para substituição imediata, devendo proceder à correção ou troca dos itens no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração. Itens com defeitos críticos que inviabilizem o uso deverão ser substituídos no prazo de 48 horas.
- 17.10. A Administração poderá rejeitar parcial ou totalmente os materiais que estiverem em desacordo com o Termo de Referência, cabendo à Contratada o saneamento necessário.
- 17.11. Recebimento definitivo ocorrerá após a verificação de conformidade dos bens entregues, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, quando, então, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.
- 17.12. Somente após o recebimento definitivo o documento fiscal poderá ser atestado para fins de pagamento.
- 17.13. A entrega deverá ser feita completa, de acordo com o quantitativo indicado na Ordem de Fornecimento. A Contratada deverá providenciar a substituição de quaisquer itens rejeitados até que o lote esteja integralmente conforme.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À RESERVA LEGAL DE CARGOS

- 18.1. A Contratada se obriga a cumprir integralmente as obrigações legais relativas à reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em conformidade com o art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021, art. 93 da Lei 8.213/1991, arts. 429 a 431 da CLT e Decreto Federal nº 5.598/2005, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado. A restrição se justifica pela natureza integrada do serviço, que exige unidade de concepção, padronização estética e execução coordenada, condições que poderiam ser comprometidas caso parte das atividades fosse transferida a terceiros.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

- 20.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 21.1. Os Contratos poderão ser alterados, nos termos do art. 124 e §§ da Lei nº 14.133/2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- 21.1.1. unilateralmente pela Administração;

- 21.1.2. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- 21.1.3. quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na legislação vigente;
- 21.1.4. por acordo entre as partes;
- 21.1.5. quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- 21.1.6. quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- 21.1.7. para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- 21.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 21.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS IMPEDIMENTOS

22.1. É vedada a contratação de empresas cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores da SEPLAN/AC que ocupem cargos de direção, chefia ou assessoramento. Também é vedada a prestação de serviços por empregados da empresa contratada que se enquadrem nessa mesma condição, de forma a resguardar os princípios da impessoalidade, moralidade e isonomia que regem a Administração Pública.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA ANTICORRUPÇÃO

23.1. Em conformidade com a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, a presente contratação observará integralmente as normas de integridade, ética e prevenção à fraude e à corrupção no âmbito da Administração Pública.

23.2. A empresa que vier a ser contratada deverá adotar conduta compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública e comprometer-se a:

23.2.1. Não oferecer, prometer, autorizar ou conceder, direta ou indiretamente, vantagem indevida de qualquer natureza a agente público ou a terceiros a ele relacionados;

23.2.2. Comunicar ao órgão contratante quaisquer situações de conflito de interesses ou suspeitas de irregularidades verificadas durante a execução contratual;

23.2.3. Cumprir as disposições previstas na Lei nº 12.846/2013, sujeitando-se às sanções aplicáveis em caso de infração;

23.2.4. Manter procedimentos e controles internos que previnam, detectem e combatam desvios de conduta, fraude e corrupção relacionados ao contrato;

23.2.5. Cooperar com a fiscalização e controle exercidos pelos órgãos competentes.

23.3. O descumprimento destas disposições ensejará a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

23.4. A CONTRATADA se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Controladoria-Geral do Estado, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

23.4.1. **E-mail:** ouvidoria.seplan@ac.gov.br

23.4.2. **Plataforma de ouvidoria:** <http://falabr.cgu.gov.br/>

23.4.3. **Site:** www.seplan.ac.gov.br

23.4.4. **Presencial:** Térreo do Palácio das Secretarias.

23.4.5. **Endereço:** Sede da Secretaria de Estado de Planejamento, situada na Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 4º andar - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

24.1. A CONTRATADA deverá observar e cumprir integralmente as disposições da **Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)**, no que couber à execução do objeto deste Termo de Referência, especialmente no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais eventualmente acessados, coletados ou processados por meio da prestação dos serviços contratados.

24.2. A CONTRATADA compromete-se a adotar todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a

proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

24.3. A CONTRATADA responderá por eventuais danos decorrentes de tratamento inadequado ou uso indevido de dados pessoais, nos termos da legislação aplicável, devendo comunicar à CONTRATANTE, de imediato, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais tratados no âmbito do presente contrato.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

25.1. O presente contrato tem como fundamento jurídico as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em especial os dispositivos que tratam da execução contratual, fiscalização, prazos, prorrogação, reajuste, sanções e rescisão, bem como as normas correlatas aplicáveis à espécie.

25.2. Aplica-se, no que couber, o Decreto Estadual nº 11.363, de 13 de dezembro de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública do Estado do Acre, bem como demais leis, decretos, instruções normativas e regulamentos pertinentes.

25.3. Integram ainda a fundamentação legal as normas da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no que se refere à proteção e tratamento de dados pessoais, e da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), quando aplicável à relação contratual.

25.4. O presente contrato também se pauta pelas condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que passa a integrar este instrumento para todos os fins de direito.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

26.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

27. CLÁUSULA VIGÉSSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco-Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

27.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **RODINELY PEREIRA DA COSTA, Chefe de Divisão**, em 09/02/2026, às 09:36, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019340018** e o código CRC **44839D56**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 9.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 90 (xxxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.